

CORREIO BRAZILIENSE

As famílias brasileiras estão cortando um dobrado para manter as contas em dia. Com a inflação nas alturas e o desemprego batendo à porta de muitos lares — 1,5 milhão de pessoas com carteira assinada foram demitidas nos últimos 12 meses —, um exército de brasileiros está engrossando a lista de inadimplentes. E nada está contribuindo mais para esse preocupante movimento de calote do que o aumento dos preços controlados pelo governo, mais precisamente, da gasolina e da energia elétrica, que, juntas, tiraram R\$ 121,4 bilhões da renda dos trabalhadores somente neste ano. Um tarifaço e tanto.

Pelos cálculos do Banco Central, o aumento médio da gasolina em 2015 foi de 17,6%. Como o combustível movimentou quase R\$ 135 bilhões no ano passado, com a venda de mais de 44,3 bilhões de litros, o reajuste total foi de R\$ 23,8 bilhões. No caso da conta de luz, com aumento médio de 52,3%, R\$ 97,6 bilhões a mais saíram do bolso dos brasileiros. Dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) apontam que os consumidores gastaram R\$ 186,7 bilhões no ano passado com energia.

O mais preocupante, destacam os especialistas, é que novos reajustes estão por vir, especialmente na eletricidade. Os aumentos contratados estão relacionados à decisão da presidente Dilma Rousseff de intervir, em 2012, nas tarifas de energia. A promessa da petista era de redução média de 20% na conta de luz. Para isso, baixou uma medida provisória, a 579, que acabou virando lei. O problema é que o país enfrentava, já naquele momento, escassez de chuvas. Os reservatórios caminhavam para os menores níveis da história.

Reeleição

Para garantir que as tarifas não subissem às vésperas da eleição presidencial e não pressionassem a inflação, Dilma obrigou o Tesouro Nacional a subsidiar os consumidores. Quando Joaquim Levy chegou ao Ministério da Fazenda, mudou completamente a política. Em vez de o governo arcar com os custos extras da energia, transferiu a conta para os consumidores. O mesmo foi feito com os combustíveis. A Petrobras, que já havia acumulado mais de R\$ 60 bilhões em prejuízos com o represamento dos preços, passou a ter maior liberdade para aumentar os preços de seus produtos. Passou a vigorar o que o ex-ministro da Fazenda chamou de “realismo tarifário”.

Não à toa, a venda de combustíveis registrou queda recorde de 7,1% em agosto, de 8,5% em setembro e de 11,4% em outubro em relação a iguais meses de 2014, mostra a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos R\$ 3 em média cobrados pelo litro da gasolina em dezembro do ano passado, o preço médio saltou para quase R\$ 3,60 em novembro de 2015, conforme levantamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP). No Distrito Federal, o consumidor é punido em R\$ 0,20 a mais, com o litro vendido por praticamente R\$ 3,80. Já a demanda residencial de energia elétrica acumula retração de 0,6% no acumulado do ano até outubro.

Faturamento

No entender dos economistas, a conta é simples: se os preços sobem e os rendimentos das famílias não acompanham, não há outra saída a não ser reduzir o consumo. O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, é claro. “Em qualquer área do varejo, quando há oferta de produtos com preços mais baixos, a tendência é de se vender mais. Se os preços sobem, o faturamento diminui. Os recentes reajustes afastaram o consumidor dos postos de combustíveis”, explica.

Soares destaca que, historicamente, as vendas de combustíveis estão atreladas ao movimento do Produto Interno Bruto (PIB). "Se a economia do país vai bem, as vendas vão bem. O mesmo acontece no caso contrário. Como, em 2015, a economia atravessa um período de crise, com queda no PIB, o consumo de combustíveis sente os efeitos da desaceleração", afirma. Para 2016, o dirigente da Fecombustíveis é mais pessimista. "As dificuldades para o setor serão ainda maiores no ano que vem. O consumo de combustíveis vai recuar pelo segundo ano seguido", estima.

Gerente de regulação da Safira Energia, Fabio Cúberos alerta, que, no caso da energia elétrica, o rombo estimado com base nas projeções de reajustes do Banco Central é otimista. "O cálculo do BC é apenas uma média. Muitas distribuidoras promoveram reajustes bem maiores do que 52%, resultado não só da crise hidrológica, como diz o governo, mas também do represamento provocado pela mudança do marco regulatório do setor de energia", explica.

Claudio Sales, presidente do **Instituto Acende Brasil**, dá clareza ao reajuste de mais de 50% nas tarifas de energia. Segundo ele, 23% decorrem da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) concedida a todas as 63 distribuidoras do país em março; 17% são efeito da aplicação da bandeira vermelha o ano inteiro; e 12% se referem aos reajustes anuais das concessionárias.

Custo de empréstimos

Na avaliação de **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, os erros de gestão do governo têm parcela de 11% no tarifaço de energia. "Ao não fazer leilões e ou oferecer preços baixos, afastando comercializadores de energia dos pregões, o governo provocou a descontratação das concessionárias. Elas foram obrigadas a comprar eletricidade no mercado de curto prazo, o que resultou nos empréstimos bilionários que os consumidores vão pagar todos os meses na conta de luz por quatro anos", diz.